

# Quadras comerciais ganharão novo perfil

Fernanda Lambach  
Da equipe do Correio

Ano novo, comércio novo.

A proposta do Governo do Distrito Federal (GDF) de regularizar as invasões de áreas públicas pode tornar o ano de 1996 mais promissor para os comerciantes da Asa Sul.

Pelo projeto, a ser enviado à Câmara Legislativa, as lojas das quadras comerciais serão ampliadas em seis metros, nos fundos.

Os donos participarão de uma licitação direcionada e pagarão pela área e pelos impostos.

“O governo vai arrecadar muito mais. Para nós vai ser ótimo porque sairemos da situação ilegal”, diz o gerente do bar Libanu's, na 206 Sul, Jurandir Pereira Marinho.

**Reforma** — Se o parecer do Instituto de Proteção do Patrimônio Cultural e Artístico Nacional for favorável, e se a Câmara Legislativa disser sim, até julho do ano que vem o comércio da 205/206 Sul estará reformado.

Como já tem um condomínio — considerado modelo — composto pelos donos das várias lojas, esse comércio foi escolhido para ser o primeiro a receber as novidades.

Entre elas, um *ressalto* na faixa de travessia de pedestres, próximo ao sinaleiro. Ou seja, uma espécie de lombada, com cinco metros de comprimento e 15 centímetros de altura.

Além de servir como redutor de velocidade dos carros, o *ressalto* facilitará a travessia dos transeuntes, acabando com o desnível entre a calçada e o asfalto.

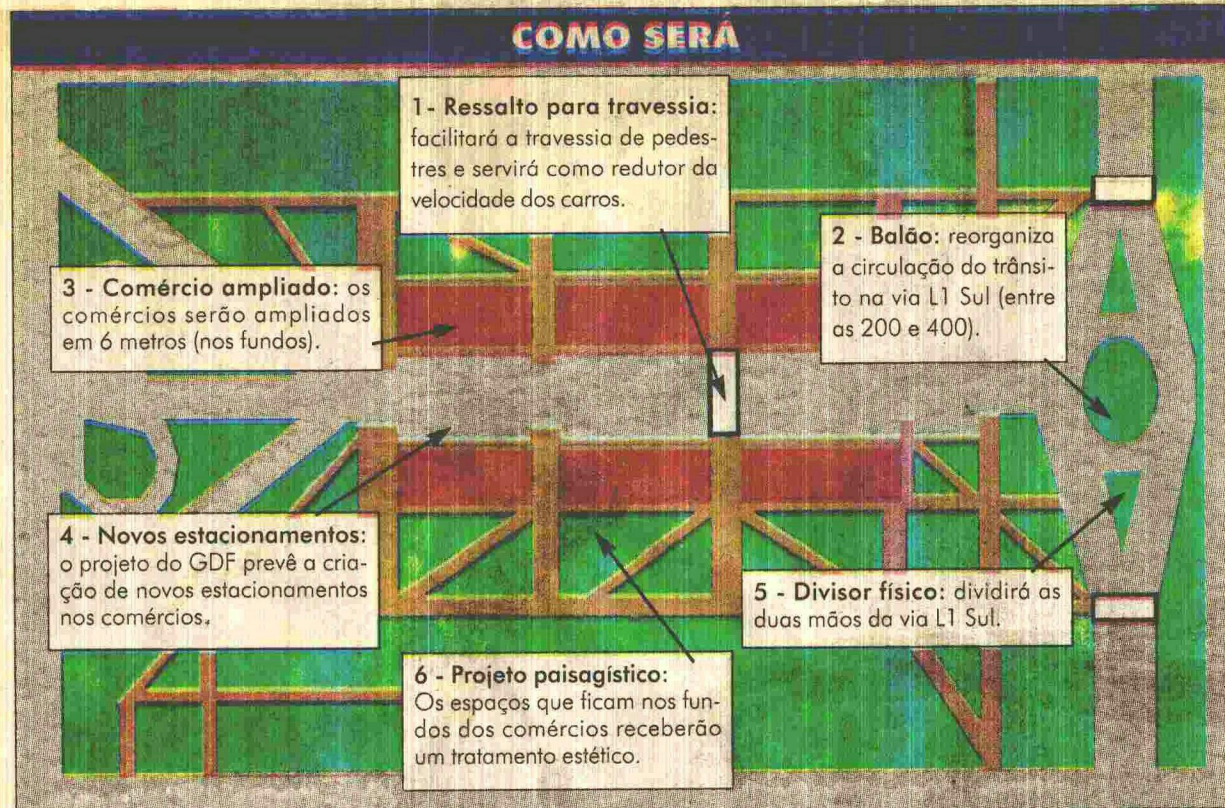
**Quiosques** — Ajudará também os deficientes que usam cadeiras de rodas.

Outra novidade: os estacionamentos serão ampliados em 30%.

Surgirão, também, quiosques nas galerias de pedestres (comunicação entre a quadra e o comércio) para a instalação de sapateiros e chaveiros.

O GDF legalizará a expansão das quadras comerciais preservando a padronização da cidade.

“Quem quebrar o pacto da padronização estará sujeito a sanções”, avisa Luiz Philippe Torelly, presidente do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF).



Carlos Moura



Com as mudanças propostas pelo governo, bares e restaurantes poderão legalizar os espaços nas calçadas

## OS BENEFÍCIOS

**Comerciantes:** poderão ampliar em 60% a área de suas lojas. Se já tiverem invadido a área pública poderão ter a situação regularizada.

**Governo:** resolve, em parte, a briga entre os fiscais de posturas e os comerciantes invasores. Receberá o dinheiro relativo à compra da área pública e, finalmente, passará a arrecadar impostos sobre a nova área construída.

**Pedestres:** caminharão tranquilamente por entre os blocos dos comércios porque o governo pretende desobstruir as áreas de circulação invadidas (laterais dos comércios). No sinaleiro ha-

verá um *ressalto* (lombada que irá do asfalto à calçada sem deixar desníveis) para facilitar a travessia. Na L1 (entre as quadras 200 e 400) será construído outro *ressalto* e um divisor (separando as diferentes mãos do trânsito) para dar mais segurança ao pedestre.

**Morador:** como os comerciantes só poderão comprar duas lojas, nos comércios haverá mais opções e maior diversidade de atividades. A área atrás dos comércios, onde haverá a expansão, será arborizada e terá um tratamento paisagístico. Com a ampliação não haverá espaço, sob as marquises, para mendigos se abrigarem.

## Frequêntador defende bar

As discussões em mesa de bar ficam mais agitadas quando o assunto é a regularização das invasões comerciais.

Principalmente quando essa mesa está localizada no bar de uma famosa e tradicional invasão, como a do Beirute, na 109 Sul.

O comerciante Ulysses Mendonça, por exemplo, frequenta o restaurante há 26 anos e é categórico: “Sou a favor de que o Beirute permaneça do jeito que está”.

“Temos que quebrar com a rigidez de Brasília. A frieza da cidade vem da padronização”, ataca Judas Credimann, 38 anos, frequentador do Libanus, na 206 Sul.

Segundo ele, bares como o Boliinho de Bacalhau e o Churrasquinho de Gato transformam Brasília em uma cidade mais calorosa.

**Ambiente** — Carlos Marra, dono do bar Portuga, na 305 Sul, sugere que o governo não obrigue as pessoas a ficar em ambientes fechados.

No entanto, Luiz Philippe Torelly, presidente do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF (IPDF) e responsável pela coordenação do projeto do governo, é enfático.

“Os restaurantes e bares que pretendem se expandir devem se instalar nas áreas destinadas aos projetos Beira Lago e Orla do Lago”, argumenta.

Para ele, toda empresa que se instalar em um comércio local terá direito a comprar apenas duas lojas.

“Queremos que o comércio cumpra o papel que deve ter, abrangendo padarias, farmácias e outras atividades básicas” avalia.

Segundo Torelly, algumas quadras comerciais viraram verdadeiras favelas.

“Principalmente na área dos fundos, onde mendigos passam as noites e comerciantes espalham lixo”, justifica.